
Albernoa revisitada: Do latifundismo à suburbanização

*Renato Miguel do Carmo**

Apresentação

Em 1974 o sociólogo Afonso de Barros (1986) caracterizou o sistema latifundiário por intermédio de um estudo monográfico sobre Albernoa (freguesia rural localizada a 20 kms de Beja). Tal como a maior parte das aldeias alentejanas, de cariz mediterrânico, a população de Albernoa trabalhava maioritariamente como assalariada nas herdades envolventes. A ligação a espaços mais urbanos era relativamente residual. No âmbito do projecto de Doutoramento, intitulado *Alentejo: entre a urbanização e a marginalização*, revisitámos Albernoa, passados trinta anos, e verificámos que a aldeia sofreu profundas alterações na estrutura social e nos modos de vida. A população diminuiu, envelheceu e a aldeia tornou-se mais dependente da cidade, na medida em que grande parte dos activos trabalha em sectores não agrícolas fora do perímetro da freguesia (sobretudo na cidade de Beja). Simultaneamente, Albernoa assistiu a um efectivo desmantelamento funcional, perdendo um conjunto de serviços, o que tornou cada vez mais preponderante a função residencial.

Este pequeno artigo (que sustenta a comunicação) pretende apresentar uma síntese das conclusões, a que chegámos, sobre as mudanças estruturais ocorridas ao longo destas três décadas, tendo por base o estudo realizado à população de Albernoa que recorreu à aplicação de um inquérito (a mais de 50% dos agregados familiares) e à realização de entrevistas aprofundadas.

O sistema latifundista

O sistema tradicional que dominou as estruturas e a vida social do Alentejo até 1974 pode definir-se a partir de duas ideias fortes, apresentadas por dois autores que estudaram pormenorizadamente a região: Orlando Ribeiro e Afonso de Barros. O geógrafo no seu livro mais conhecido, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, apresenta uma imagem do povoamento concentrado do Alentejo onde «as aldeias foram crescendo, ávidas de terra, afogadas no latifúndio, servindo-o com a sua população de ganhões ou trabalhadores assalariados, que se conta por milhares» (Ribeiro, 1998: 96). Em termos espaciais as aldeias podiam ser circundadas por pequenas hortas (designadas por courelas e ferragiais), mas, de uma forma geral, pode dizer-se que a área da grande propriedade começava assim que acabava o espaço da aldeia.

A outra imagem define o *latifundismo* como um sistema fortemente hegemónico que não proporcionava alternativas socioeconómicas para a maior parte da população. No entender de Afonso de Barros este caracterizava-se como um «(...) sistema de agricultura fortemente concentrado, de base salarial e de carácter extensivo que se conjugava com a ausência de alternativas fora da agricultura de uma população desprovida de terra ou dispo de terra insuficiente» (Barros, 1986: 181). Aliada a esta hegemonia do sector agrícola, tornava-se também «(...) manifesta a predominância do assalariamento enquanto estatuto ocupacional» da população (*idem*: 206).

Os homens e parte das mulheres que viviam nas aldeias trabalhavam nas herdades próximas e envolventes ao espaço da aldeia. O trabalho agrícola não era permanente para a maior parte dos aldeãos, havendo momentos de grande intensidade laboral (as ceifas, as mondas) e longos meses de inactividade e de desemprego, durante os quais não existiam quaisquer modalidades alternativas de trabalho.

* Sociólogo, doutorando do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, bolsheiro da FCT.

Como bem identificou Afonso de Barros a freguesia de Albernoa participava deste sistema tradicional no qual os residentes tendiam a viver e a trabalhar na área limítrofe da freguesia. Para além dos percursos pendulares que determinavam o trabalho agrícola, a mobilidade espacial da população era praticamente nula (poucos eram aqueles que exerciam uma actividade regular na cidade de Beja). Este quadro manteve-se quase intacto até aos primeiros meses de 1974, o único elemento de mudança, face à realidade das décadas anteriores, relacionava-se com o aumento exponencial dos fluxos (e) migratórios que provocaram um despovoamento contínuo da freguesia.

Nos anos imediatamente posteriores a 1974, a Reforma Agrária desenrolou-se de forma complexa e atribulada, representando uma mudança profunda que abateu os alicerces do latifundismo, levando à destituição dos mecanismos coercivos do poder económico, social e simbólico, exercidos pela classe dos grandes proprietários agrícolas.

No entanto, em termos da estrutura social e ocupacional, este processo não determinou uma alteração concreta, pelo facto de não ter contribuído para que se constituísse um conjunto de alternativas socioeconómicas face à dependência esmagadora da população activa em relação ao trabalho assalariado agrícola.

Esta situação deveu-se a dois factores essenciais: primeiro o modelo da reforma agrária assentou principalmente na exploração conjunta da terra, tendo por base uma lógica cooperativa de unidades de produção, em detrimento de um sistema de divisão da terra que promovesse a pequena e a média agricultura; segundo, não se incentivaram formas de trabalho alternativo ao sector agrícola, nomeadamente, na indústria e no sector terciário (Barros, 1979 e 1986; Pires, 1991). A reforma agrária não representou uma ruptura estrutural no sentido de viabilizar uma efectiva alternativa económica e social ao sistema tradicional. Deste modo, a sua grande consequência foi a erosão do latifundismo.

Rupturas

Passados trinta anos regressámos a Albernoa e observámos profundas alterações estruturais que caracterizaremos de forma sucinta. O aspecto mais óbvio tem que ver com o progressivo envelhecimento (actualmente 36% dos residentes têm mais de 65 anos) e despovoamento da freguesia, que desde 1940 perdeu cerca de 75% da sua população¹.

Um outro factor de mudança refere-se ao contínuo desmantelamento funcional da freguesia, na medida em que tirando três cafés e outras tantas mercearias (para além do lar de idosos e da escola do 1º ciclo e infantário) a aldeia perdeu um conjunto de serviços: médico permanente, farmácia, comércio diversificado, alguma indústria, um posto da GNR...

O desaparecimento, quase por completo, do trabalho agrícola na população activa de Albernoa representa uma das mudanças mais salientes ocorridas nestas últimas três décadas. Segundo o estudo de Afonso de Barros, em 1974 cerca de 61% dos activos eram trabalhadores agrícolas assalariados, esta percentagem decresce estrondosamente de tal modo que o recenseamento de 1991 só contabiliza 10% de indivíduos pertencentes a esta classe (em 2001 diminui para 6%²).

Esta alteração da estrutura ocupacional tem por base dois processos fundamentais: por um lado, a modernização e a mecanização da agricultura, que tornou prescindível a maior parte do trabalho assalariado, por outro lado, o facto da maioria da população não possuir propriedade agrícola, inviabilizou a prática generalizada da agricultura familiar e de articulação com outras actividades não agrícolas (situação que é dominante em algumas zonas de minifúndio).

Estes dois factores conjugados resgataram, quase por completo, a população do exercício da actividade agrícola. Actualmente a vida activa é estruturada por outro fenómeno que constitui a outra grande mudança estrutural: o aumento exponencial da mobilidade espacial. A procura de trabalho não agrícola fora do espaço aldeão e as necessidades de consumo, que

¹ Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1940 a 2001.

² Estes valores são comprovados pelo inquérito que aplicámos em 2003.

advêm da adesão aos novos modos de vida urbanos, são os factores preponderantes que contribuem para o aumento das deslocações pendulares estabelecidas entre a aldeia e a cidade de Beja.

Actualmente a maior da população activa trabalha fora da freguesia, segundo os dados do inquérito aplicado em 2003, a proporção de pessoas a exercer uma actividade exterior é de 58%. Cerca de sensivelmente um terço do activos trabalham na cidade de Beja e 26% noutras localidades.

Por outro lado, a regularidade de deslocações a Beja, determinadas por razões de consumo e/ou de procura de determinados serviços, é relativamente intensa: 57% dos inquiridos deslocam-se com alguma regularidade (pelo menos algumas vezes por mês) aos supermercados de Beja, nos quais fazem grande parte das compras para a casa, com a mesma regularidade, cerca de 48% frequentam os bancos, 48% as farmácias e 44% o centro de saúde.

Os números apresentados demonstram que o processo de desmantelamento da aldeia é contemporâneo da intensificação dos níveis de urbanização e de dinamização socioeconómica (principalmente ao nível do terciário) verificados na cidade de Beja. Na verdade, esta oferece uma diversidade de serviços, que não se encontram na maior parte das freguesias rurais e, por isso, atraem um conjunto cada vez mais alargado de pessoas residentes nas aldeias.

Estas mudanças profundas representam uma efectiva *ruptura* em relação ao sistema tradicional, designado de *latifundismo* por Afonso de Barros. Neste sistema a aldeia encontrava-se relativamente fechada à cidade e imune à vida urbana. As pessoas residiam na aldeia e trabalhavam nas explorações agrícolas das redondezas e poucos eram aqueles que se deslocavam regularmente à cidade. Em contrapartida, constituía-se uma forte interdependência entre a aldeia e os campos, na medida em que não só grande parte dos trabalhadores agrícolas eram recrutados na aldeia, como o próprio sistema latifundiário dependia do trabalho assalariado para manter os seus mecanismos de exploração e de coerção social.

Este sistema definiu totalmente e foi substituído por um outro que se pode caracterizar de forma inversa ao anterior. Isto é, actualmente a aldeia tende a abrir-se à cidade - tornando-se cada vez mais dependente desta, em termos socioeconómicos e culturais - e fechar-se aos campos, pelo facto destes já não necessitarem de mão-de-obra assalariada em tão larga escala como antigamente.

Os fenómenos de mudança que descrevemos brevemente podem ser definidos a partir da definição de dois processos interdependentes que coexistem em Albernoa: a *marginalização* e a *suburbanização*. O primeiro caracteriza os mecanismos de desmantelamento, ocorridos nestas últimas três décadas, na estrutura socioeconómica e demográfica da aldeia, que se manifestam principalmente no envelhecimento da população e no despovoamento da freguesia. O segundo, identifica os aspectos relacionados com a intensificação da mobilidade espacial para a cidade de Beja, e a tendência da função residencial se tornar dominante na aldeia. Neste sentido, podemos dizer que a freguesia não só se desertifica, como tende a transformar-se num dormitório da cidade.

Como vemos, a aldeia sofreu um conjunto de alterações profundas transformando-se num espaço mais complexo no qual confluem processos distintos e contraditórios. De facto, apesar do contínuo envelhecimento, desenvolvem-se dinâmicas de cariz urbano que se manifestam não só na estrutura ocupacional, como nos modos de vida aldeãos.

Continuidades

Os fenómenos de mudança descritos não resolveram parte dos problemas sociais identificados por Afonso de Barros. Na verdade, embora se tenha assistido a uma melhoria significativa das condições de vida e de acesso a um conjunto cada vez mais diversificado de bens e de serviços, detectam-se alguns factores de precariedade que não desapareceram. A questão do desemprego continua a afectar parte considerável da população activa (16%), que encontra sérias dificuldades em ingressar no mercado de trabalho da economia formal. Por outro lado, a maioria dos activos exerce profissões pouco qualificadas ligadas principalmente ao trabalho assalariado na construção civil, no caso dos homens, e aos serviços de limpeza e/ou de apoio social, no caso das mulheres.

Um outro factor de precariedade relaciona-se com os baixos níveis de pluriactividade e de plurirendimento, que noutras comunidades rurais, nomeadamente nas zonas de agricultura familiar em minifúndio, assumem um papel importante e complementar para o equilíbrio e sustentabilidade da economia doméstica (Almeida, 1999; Lourenço, 1991; Silva, 1998; Sobral 1999).

Este quadro leva-nos a afirmar que um dos problemas centrais da situação socioeconómica de Albernoa tem que ver com a excessiva dependência em relação à cidade de Beja, na medida em que a urbanização penetrou de forma avassaladora no espaço aldeão destituindo radicalmente as estruturas tradicionais. De tal modo, que a aldeia encontra-se cada vez mais desligada da agricultura e da actividade desenvolvida nos campos envolventes.

Neste sentido, a imagem da aldeia “afogada no latifúndio”, utilizada por Orlando Ribeiro para caracterizar a sociedade tradicional alentejana, reemerge com outro significado. Pois, se nesses tempos eram as grandes herdades que atrofiavam a vida social e económica da aldeia, actualmente, é a cidade que se impõe provocando um rompimento face ao “mundo agrário”. A aldeia continua assim afogada no latifúndio, mas com uma diferença substancial: tornou-se alheada e separada da actividade agrícola desenvolvida nos campos que a circundam.

Bibliografia

- ALMEIDA, João Ferreira de (1999 [1986]), *Classes Sociais nos Campos*, Oeiras, Celta Editora.
- BAPTISTA, Oliveira Fernando (1980), «Economia do latifúndio - o caso português», in *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Afonso de Barros (coord.), Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência.
- BARROS, Afonso de (1986), *Do Latifundismo à Reforma Agrária. O caso de uma Freguesia do Baixo Alentejo*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência.
- BARROS, Afonso de (1983), «Latifundismo e comunidade rural», in *Centro de Estudos de Economia Agrária - 25 anos*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, pp. 301-312.
- BARROS, Afonso de (1979), *A Reforma Agrária em Portugal. Das ocupações de Terra à Formação das Novas Unidades de Produção*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência.
- CARMO, Renato Miguel do (2002), «O Homem, a propriedade e a desigualdade: a agricultura familiar no Alentejo», in *A Terra, O Homem e o Pão - Actas do I Congresso Português de Cultura Mediterrânica*, Terena, Confraria do Pão.
- CUTILEIRO, José (1977), *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa.
- LOURENÇO, Nelson (1991), *Família Rural e Indústria*, Lisboa, Fragmentos.
- PICÃO, João da Silva (1983), *Através dos Campos. Usos e Costumes Agrícola-alentejanos*, Lisboa, D. Quixote.
- PIRES, Carlos Borges; Zanoni, Magda Maria (1991), *Reforma Agrária e Desenvolvimento Económico e Social*, Porto, Edições Afrontamento.
- RIBEIRO, Orlando (1998 [1944]). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7ª ed., Lisboa, Sá da Costa.
- SEVILLA-GUZMAN, Eduardo (1980), «Reflexiones teóricas sobre el concepto sociológico de latifúndio», in *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Afonso de Barros (coord.), Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência.
- SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimento e Estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.
- SOBRAL, José Manuel (1999), *Trajectos: o Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*, Lisboa, ICS.